vacinação: consequências da falta de adesão

Autor(res)

Eliéverson Guerchi Gonzales
Julia Rossetti
Luiz Fernando Vieira Lopes
Giovana Maldonado Torres Trabuco Lopes
Beatriz Silva Vital
Giovana Goulart Do Amaral Goes
Caio Pereira Valverde

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP

Introdução

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de promover o mérito da vacinação, visando a hesitação vacinal mediante a melhoraria dos índices de saúde pública na região, através de uma ação educativa que atinja a conscientização da comunidade ao combater a desinformação e demais fatores que têm contribuído para essa diminuição. No contexto da UBSF Iracy Coelho, localizada no bairro Jardim Centenário em Campo Grande (MS), foram identificados vários fatores que levam à baixa adesão vacinal, incluindo a negligência da própria população ao ato de se vacinar e levar outros para tal, a falta de conhecimento sobre os benefícios concretos das vacinas, a propagação de informações falsas e de barreiras de acesso.

Objetivo

Os objetivos propostos no desenvolvimento do projeto foram, em primeiro lugar, promover a importância da vacinação, destacando a indispensabilidade da adesão contínua, conscientizando a população sobre os riscos associados à falta de cobertura vacinal mediante a saúde individual e coletiva.

Material e Métodos

aplicabilidade se fez presente com a realização de uma ação informativa e expositiva com banner, folders, brindes e apresentação de personagem abrangendo para a população a relevância da vacinação de forma sistêmica para a prevenção e proteção individual e coletiva. Nesse sentido, foi exposto a importância da vacina e suas consequências à não adesão desta, além da negativa em relação as vertentes que impedem ou barram a população até o ato de se vacinar, como necessidades civis e de viagens, notícias falsas, negligência e falta de interesse.

Resultados e Discussão

Os resultados da ação desenvolvida na UBSF Iracy Coelho refletiram o cumprimento dos objetivos propostos de

conscientização e educação sobre a importância da vacinação. A campanha educativa obteve uma boa participação da comunidade, com aproximadamente 50 pessoas abordadas e 37 vacinadas na mesma data, sem contar com pacientes que retornariam à Unidade no dia seguinte com seus familiares para verificação do calendário, e se necessário, realizarem a vacinação. O evento incluiu abordagens interativas com perguntas para a coleta de quantidade e qualidade de informações da população quanto ao tema abordado e também de respostas informativas de modo a esclarecer dúvidas e direcionar os participantes à conscientização e o entendimento ao ato de se vacinar e vacinar aos demais. Assim, o público obteve a oportunidade de aprender as consequências de uma não vacinação completa e desmistificar mitos relacionados às vacinas sobre seu conteúdo e suas formas de aplicação.

Conclusão

Por meio das atividades educativas, foi possível esclarecer dúvidas, combater mitos e fornecer informações baseadas em evidências, o que resultou em um aumento na procura por vacinas e maior engajamento da população tanto no dia do projeto, quanto posteriormente à ação, uma vez que se houve feedback da equipe de vacina para com os discentes relatando o aumento dos índices semanais da vacina.
Desta feita, o impacto positivo foi perceptível tanto em termos quantitativos.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações – DataSUS [Internet]. Brasília, DF: MS; 2020 [acesso em 19 jan. 2021]. Disponível em: http://sipni.datasus.gov.br

Teixeira MZ, Lin CA, Martins MA. O Ensino de Práticas Não-Convencionais em Saúde nas Faculdades de Medicina: Panorama Mundial e Perspectivas Brasileiras. Rev. Bras. Educ. Med 2004; 28(1):51-60.

Moulin AM. A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico. Hist. Cien Saúde Manguinhos 2003; 10(Supl. 2):499-517.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.399, de 15 de dezembro de 1999. Regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, estados, municípios e Distrito Federal, na área de epidemiologia e controle de doenças, define a sistemática de financiamento e dá providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 1999. p. 30.